

**COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO SOBRE AS  
CONSEQUÊNCIAS E RESPONSABILIDADES POLÍTICAS DO  
FURTO DO MATERIAL MILITAR OCORRIDO EM TANCOS**

[Inquérito Parlamentar n.º 7/XIII/4.ª (CDS-PP)]

**Reunião n.º 43**

(Sem revisão final)

16 de abril de 2019

(17:50 h-19:19 h)

**Ordem do dia:**

Discussão e votação de requerimentos apresentados pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP.

Audição do Vice-Almirante José Alfredo Monteiro Montenegro, ex-Assessor Militar no Gabinete do Primeiro-Ministro do XXI Governo Constitucional.

**Presidente da Comissão:** Filipe Neto Brandão

**Deputados oradores:**

Telmo Correia (CDS-PP)

Berta Cabral (PSD)

João Vasconcelos (BE)

Ascenso Simões (PS)

Jorge Machado (PCP)

Jorge Gomes (PS)

António Carlos Monteiro (CDS-PP)

José de Matos Rosa (PSD)

Fátima Ramos (PSD)

O Sr. **Presidente** (Filipe Neto Brandão): — Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, vamos dar início à reunião agendada para discutir e votar os requerimentos apresentados pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP.

*Eram 17 horas e 50 minutos.*

O acordado é conceder a cada grupo parlamentar até 2 minutos para apresentação e pronúncia sobre esses requerimentos, mas, antes de dar início à reunião propriamente dita, queria colocar à consideração das Sr.<sup>as</sup> e dos Srs. Deputados o seguinte: na medida em que teremos de completar o agendamento e respetivas convocatórias, e na sequência de diligências tidas com os vários grupos parlamentares, obtive indiciariamente a possibilidade de se vir a prescindir dos depoimentos, que estavam aprovados desde o início dos trabalhos, do senhor ex-Ministro da Defesa, José Pedro Aguiar Branco e, bem assim, dos atuais titulares da pasta da Administração Interna e da Justiça, o que teria sido requerido, na altura, pelos grupos parlamentares do PS e do Bloco de Esquerda — o PS já tinha mostrado disponibilidade para prescindir desse depoimento —, do CDS-PP e do PSD.

Para se pronunciar sobre a questão que coloco, tem a palavra o Sr. Deputado Telmo Correia.

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Sr. Presidente, da nossa parte é evidente que o caso do ex-Ministro Aguiar Branco não nos diz respeito e, portanto, sobre isso não me pronuncio. Não é proposta nossa.

Em relação ao atual Ministro da Administração Interna e à Sr.<sup>a</sup> Ministra da Justiça, quero referir que, quanto ao Sr. Ministro da Administração Interna, nós, do que temos ouvido e do que tem ocorrido nesta Comissão, não vemos nenhuma razão para mantermos o pedido de

depoimento. Creio que não acrescentará nada àquilo que tem sido o essencial dos trabalhos desta Comissão.

Em relação à Sr.<sup>a</sup> Ministra da Justiça, enfim, alguns depoimentos poderiam fundamentar pelo menos uma pergunta, uma vez que alguém sugere que falou, que não falou ou que tivesse alguma conversa e nós não sabemos se teve. Eu, pessoalmente, já ouvi a Sr.<sup>a</sup> Ministra da Justiça em Plenário negar que tivesse tido qualquer intervenção ou conhecimento e, portanto, presumo que essa seja a resposta da parte da Sr.<sup>a</sup> Ministra. Portanto, se houver concordância do Partido Social Democrata, uma vez que são pedidos por ambos neste ponto, aceitaremos também prescindir da Sr.<sup>a</sup> Ministra da Justiça.

O Sr. **Presidente** (Filipe Neto Brandão): — É a vez da Sr.<sup>a</sup> Deputada Berta Cabral, do PSD, se pronunciar.

Tem a palavra, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> **Berta Cabral** (PSD): — Sr. Presidente, em relação aos dois Ministros, da Justiça e da Administração Interna, obviamente que isso tem a ver com o facto de um, no caso da Administração Interna, ter a tutela da GNR, que, como toda a gente sabe, está envolvida neste processo. O facto de a Sr.<sup>a</sup> Ministra da Justiça ter sido aqui citada pelo Diretor da Polícia Judiciária Militar (PJM) de então, e também porque o Sr. Primeiro-Ministro, a dada altura, num debate quinzenal, referiu expressamente que mantinha a confiança no Ministro da Defesa Nacional, assim como mantinha a confiança na Ministra da Justiça, é óbvio que isso suscitou aqui algumas dúvidas. Porquê citar a Ministra da Justiça naquele contexto? Daí termos colocado como pretensão nossa fazer a audição a estes dois Ministros.

Mas também devo dizer ao Sr. Presidente, como já disse informalmente, que não estamos na disposição de sermos nós os únicos a

prescindir da audição dos Ministros. Portanto, quero saber qual a posição dos restantes partidos sobre a audição, designadamente do ex-Ministro da Defesa Nacional, que, como também aqui já foi dito, não tem nada a ver com este processo, porque quer o General Jerónimo quer, posteriormente a ele, um outro dos inquiridos, referiram expressamente que nunca tinham dado conhecimento deste assunto à tutela ou, no caso concreto, à tutela política, ao Ministro.

O próprio Partido Socialista prescindiu da audição do Ministro com base nessas declarações, mas como há outros partidos que mantêm o requerimento, gostaria de saber qual a posição desses partidos antes de tomarmos a decisão final.

O Sr. **Presidente**: — Indiciariamente, como referi, tem a possibilidade de se pronunciar o Sr. Deputado João Vasconcelos.

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, de acordo com a intervenção inicial do Sr. Presidente da Comissão, estaremos na disposição de prescindir do depoimento do Ministro da Defesa do anterior Governo, Dr. José Pedro Aguiar Branco.

Mantínhamos alguma intransigência, entre aspas, mas também somos flexíveis, com certeza. Por solicitação de vários grupos parlamentares cederemos também, partindo do pressuposto de que à partida — foi esse o entendimento com que fiquei —, os Srs. Ministros da Justiça e da Administração Interna não serão chamados para uma audição.

O Sr. **Presidente**: — Clarificadas estas questões, podemos dar por assente, então, a predisposição de todos e a retirada do ex-Ministro da

Defesa, José Pedro Aguiar Branco, do Ministro da Administração Interna e da Ministra da Justiça da lista dos depoentes a inquirir por esta Comissão.

Isto posto e agradecendo a disponibilidade de todas as Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, vamos, então, dar início à reunião formal.

Portanto, Sr. Deputado Telmo Correia, são três requerimentos do CDS-PP. Tem menos de 1 minuto para cada requerimento, mas penso que não há necessidade de os distribuir dessa forma.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Sr. Presidente, serei muito breve ao falar sobre os três requerimentos, que são facilmente compreensíveis.

Começo por aquele que tem mais antiguidade e que já fundamentámos de várias formas e que tem a ver com a nova audição dos Srs. Generais Faria de Menezes e Antunes Calçada.

Como sabemos, chegou a ser proposta aqui, creio que por nós e pelo Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, uma acareação, dadas as contradições que existiram entre as declarações destes Tenentes-Generais em relação ao fundamento da sua demissão e aquilo que nos foi dito pelo então CEME (Chefe do Estado-Maior do Exército), Rovisco Duarte. De resto, isso não é uma novidade já que, ainda hoje, na audição que já realizámos, assistimos a mais contradições entre aquilo que é dito por um Brigadeiro-General e aquilo que terá sido dito pelo ex-CEME nesta Comissão.

Mas, ainda assim, achámos que estes Generais, uma vez que até foram feitas acusações graves relativamente à sua capacidade, à sua competência, ao seu zelo em missões externas, etc., deveriam e poderiam ter o direito a serem ouvidos novamente na Comissão. Uma vez que foi rejeitada a acareação, deveriam ser ouvidos individualmente, para poderem só esclarecer esses pontos. Está feita a apresentação.

Em relação ao Sr. Prof. Dr. Rui Pereira, enfim, ao longo da Comissão e, decorrente de perguntas que o CDS e eu próprio fizemos, chegámos à conclusão de que, até nas palavras de responsáveis da PJM teria havido um auxílio, e que isso teria criado alguma convicção, até da legitimidade daquela Polícia, um parecer que, entretanto não era do nosso conhecimento, mas que foi obtido, se não estou em erro, na audição do Sr. Major Vasco Brazão.

Não é nada de transcendente nem é uma audição que nos vá alterar o rumo dos trabalhos ou o relatório final, mas, uma vez que esse parecer existe, faz todo o sentido, na nossa opinião, darmos oportunidade ao Prof. Rui Pereira de sabermos as circunstâncias e os fundamentos desse mesmo parecer e de o discutir com ele. Será também uma audição que penso não muito prolongada mas interessante.

Por último, há um documento que se nos afigura como essencial — um que são dois, neste caso, se me permite a expressão —, que é o memorando que terá sido entregue pelo então comandante da Polícia Judiciária Militar e pelo Major Vasco Brazão ao Sr. Chefe de Gabinete do Ministro da Defesa e que tem sido discutido aqui, ao longo das duas últimas semanas. O memorando já apareceu publicado num jornal, mas que não é confirmado pelos próprios que seja exatamente aquele ou não e, portanto, este requerimento destina-se a tentar obter, pelos meios possíveis, esse mesmo documento que nos parece fundamental para os trabalhos desta Comissão.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra sobre a pronúncia, nos mesmos termos, o Sr. Deputado Ascenso Simões.

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Sr. Presidente, muito rapidamente para informar os restantes grupos parlamentares que o Partido Socialista aprova

o requerimento relativo ao pedido dos documentos, como sempre aconteceu, e não está de acordo com a realização das audições propostas.

O Partido Socialista também não apresentará nenhum requerimento para que a Comissão ouça a Sr.<sup>a</sup> Procuradora Cândida Vilar, como alguns órgãos de comunicação social identificaram.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Berta Cabral, nos mesmos termos.

A Sr.<sup>a</sup> **Berta Cabral** (PSD): — Sr. Presidente, em relação a estes requerimentos, quero só dizer o seguinte: sobre a audição do General Faria de Menezes e do General Calçada, o PSD propôs, como bem se recordam, uma acareação entre os dois Generais à porta fechada. Fazíamos questão que fosse mesmo à porta fechada.

Como nos foi dito que para ser à porta fechada teria de ser pedido pelos próprios, acabámos por hesitar um pouco nesse requerimento que apresentámos na altura. Apesar de tudo, ele foi a votação e, como sabem, não foi aprovado.

Vindo agora o CDS propor que sejam novamente ouvidos o General Faria de Menezes e o General Calçada, coloca-se novamente a questão: não sendo à porta fechada, o PSD entende que não devemos trazer de novo estes Generais para, mais uma vez, andarmos aqui a mexer nas feridas quando, afinal, já o General Calçada, o General Menezes e o General Rovisco Duarte, não estão no ativo nas Forças Armadas.

Portanto, pelo respeito que as Forças Armadas nos merecem e pelo trabalho desenvolvido por estes Generais enquanto estiveram no ativo, entendemos que não devemos voltar a especular e a trazer para a praça pública as suas declarações. Se fosse à porta fechada ou se for à porta fechada

é uma questão, para ser novamente audição pública, nós achamos que não. Nesse sentido, vamos abster-nos em relação a este requerimento.

Sobre o requerimento, que o CDS também propõe, para ouvir o Dr. Rui Pereira, parece-me razoável que se perceba exatamente os contornos daquele parecer, quem o pediu, porque pediu e a que título foi dado, uma vez que o documento que nos foi entregue é, de facto, um documento um pouco insipiente e eu quase que diria que é como muitos outros que já vimos aqui, nem é timbrado nem assinado.

**O Sr. Presidente:** — Sr. Deputado João Vasconcelos, tem a palavra.

**O Sr. João Vasconcelos (BE):** — Sr. Presidente, relativamente ao requerimento que o CDS apresenta para ouvir os dois Oficiais Generais, Faria de Menezes e Antunes Calcada, quando aqui se discutiu a questão da acareação, o Bloco de Esquerda optou pela abstenção tendo em conta que, enfim, era importante ouvi-los, mas não fazíamos questão de o fazer em termos de acareação, não só pelo impacto que isso podia ter, mas também porque não víamos relevância nessa matéria.

A questão que se coloca com o requerimento do CDS é substancialmente diferente: no nosso entendimento, este pedido de audição não tem nada a ver com o objeto da Comissão, à partida e no nosso entender. Isto porque diz respeito às razões que levaram à demissão dos Oficiais Generais e que o conhecimento das discordâncias entre o ex-CEME e os Oficiais Generais se ficou a dever a objetivos pessoais ou a eventuais falhas de comando que teriam existido, nomeadamente em missões internacionais do Estado português.

Parece que o objeto desta Comissão não é esse, salvo outro entendimento. Estamos aqui para apurar as responsabilidades políticas e consequências sobre o furto de Tancos. Portanto, sobre este requerimento,

nós, Bloco de Esquerda, iremos votar contra porque nos parece que não vai ao encontro do que pretende aqui a Comissão.

Sobre os outros dois requerimentos, não temos nada a opor e votá-los-emos favoravelmente.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Jorge Machado, faça favor de usar da palavra.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Sr. Presidente, não temos nada contra os documentos solicitados.

Relativamente às audições propostas pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP, quero registar que a audição do Prof. Rui Pereira, na nossa opinião, é manifestamente inútil, tendo em conta o objetivo e o objeto desta Comissão. Não me parece que acrescente muito, o parecer foi dado, os contornos relativamente a quem solicitou o parecer foram, de alguma forma, já respondidos. Não é relevante, como aqui, aliás, já foi reconhecido até pela bancada do CDS-PP, por isso votaremos contra.

Quanto à reedição do episódio acareação dos Generais Faria de Menezes e Antunes Calçada, registando a evolução da posição da bancada do PSD, quase que poderia subscrever a argumentação aduzida pela Deputada Berta Cabral, na medida em que tocou aspetos fundamentais...

A Sr.<sup>a</sup> **Berta Cabral** (PSD): — É bom estarmos de acordo de vez em quando!

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Sim, eu registo como positiva a evolução da bancada do PSD...

*Risos.*

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, o Sr. Deputado Jorge Machado está no uso da palavra.

Faça favor de prosseguir, Sr. Deputado.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Recordo que a bancada do PSD apresentou uma proposta de acareação dos dois Tenentes Generais, e, portanto...

A Sr.<sup>a</sup> **Berta Cabral** (PSD): — À porta fechada!

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Muito bem, fica registado. Concordamos que, efetivamente, não faz sentido. O requerimento está rejeitado, à partida, com a abstenção do PSD. Poderíamos ter uma outra posição... Não! Iremos votar contra, pelas mesmas razões que votámos contra o requerimento do PSD e pelas mesmas razões que votámos contra o requerimento do CDS aquando da acareação destes generais e aquilo que consideramos ser um erro do ponto de vista da exposição das Forças Armadas a esta Comissão.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Telmo Correia, tem de ser mesmo telegráfico...

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Sr. Presidente, serei telegráfico.

Queria evitar qualquer tipo de declaração de voto *a posteriori* e portanto gostaria só dizer o seguinte: obviamente, já percebemos qual é o sentido da Comissão. Lamentamos, porque esperávamos que esta Comissão

tivesse outra disponibilidade e outra abertura para realizar todo o tipo de diligências e, portanto, este impedimento de diligências é uma coisa que, obviamente, lamentamos profundamente.

Não vou rebater nem prolongar o debate contra quem é contra as audições — é uma posição política! —, mas, em relação ao Deputado João Vasconcelos, queria só anotar que, enfim, o Sr. Deputado dizer que não tem nada a ver parece-me um bocadinho abusivo. Não sei se o Sr. Deputado João Vasconcelos me está a ouvir ou não, mas parece-me um bocadinho abusivo, porque os generais disseram que se demitiram por causa de Tancos e por causa daquilo que foi feito aos comandantes das Unidades. O Sr. Chefe do Estado-Maior diz que não foi assim e que eles se demitiram, não por causa da decisão dos comandantes das Unidades,...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, peço-lhe para concluir.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — ... mas, por causa de incompetência dos próprios. Dar-lhes direito de defesa e de palavra, era a nossa opinião... Mas, dizer que não tem nada a ver é quer não!

Em relação ao Sr. Professor Rui Pereira, bem, poderá ser irrelevante, mas a PJM é que nos disse aqui que baseou muito a sua ação naquilo que ele tinha dito e no parecer. Portanto, também não me parece irrelevante.

Com isto termino, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado, até porque, recorde, já estamos na hora da audição do Sr. Vice-Almirante.

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, vamos, então, proceder à votação dos requerimentos. São três, de diferente natureza, pelo que faremos três rápidas votações.

Primeiro, ponho à consideração das Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados o requerimento do CDS-PP que propõe à Mesa que diligencie pela solicitação dos três documentos descritos, que me abstenho de reproduzir uma vez que foram já apresentados e são do conhecimento de todos. Portanto, vamos agora votar o requerimento que solicita documentação.

*Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.*

Segue-se, agora, a votação do requerimento do CDS-PP que pede a realização de novas audições aos Srs. Oficiais-Generais Faria de Menezes e Antunes Calçada.

*Submetido à votação, foi rejeitado, com votos contra do PS, do BE e do PCP, votos a favor do CDS-PP e a abstenção do PSD.*

Finalmente, votamos o requerimento do CDS-PP que visa a audição do Sr. Prof. Dr. Rui Pereira sobre a questão do parecer que foi já mencionado nesta Comissão.

*Submetido à votação, foi aprovado, com votos a favor do PSD, do BE e do CDS-PP e votos contra do PS e do PCP.*

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Sr. Presidente, peço a palavra para uma interpelação à Mesa.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Sr. Presidente, tendo em conta as votações agora feitas e a necessidade de desenvolvermos o trabalho

sequente, gostaria de propor que, no dia 2 de maio, pudéssemos ouvir o Sr. Prof. Rui Pereira e o Sr. Ministro João Cravinho e, no dia 7 de maio, o Sr. Ex-Ministro Azeredo Lopes.

No dia 2 de maio seria com uma grelha de 5 minutos para o Sr. Dr. Rui Pereira e com uma grelha habitual para o Sr. Ministro João Cravinho e, no dia 7 de maio, com uma grelha normal para o Sr. Prof. Azeredo Lopes.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado — antes de dar a palavra ao Sr. Deputado Telmo Correia, que também a solicitou —, a única coisa que iria referir é que, obviamente, não vamos fixar as audições agora, mas a questão sequencial justifica-se. Ou seja, uma vez que foi introduzida ao que estava previsto a audição do Sr. Prof. Rui Pereira, penso que fará sentido, nas audições que faltam, que a primeira seja ao Sr. Prof. Rui Pereira, seguindo-se a do Sr. Ministro da Defesa, João Cravinho e, finalmente, a do Sr. ex-Ministro da Defesa, Azeredo Lopes.

A única pergunta que coloco, sobretudo aos requerentes, é se a grelha do Sr. Prof. Rui Pereira poderá ser uma grelha de 5 minutos.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Sr. Presidente, eu diria o seguinte: não! Mais: já percebi que o Sr. Presidente estava com pressa e, inclusivamente, no pequeno debate que tivemos sobre os requerimentos, terminei a minha intervenção de forma um bocadinho abrupta, porque havia uma grande pressa do Sr. Presidente. E agora...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, temos um depoente à espera para ser ouvido!

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Sim, mas os depoentes podem esperar um pouco. Mal não lhes fará, digo eu! Se for uma hora ou duas de

espera será desagradável, agora, um quarto de hora ou dez minutos, mal não fará.

E agora, dizia, reabrimos um outro debate, Sr. Presidente. Não quero interpelar a Mesa sobre a condução dos trabalhos, Sr. Presidente, queria só sugerir-lhe que marque uma reunião de Mesa e Coordenadores, como temos feito sempre, para não termos de nos pronunciar à pressa sobre uma questão que não estava na ordem do dia e que está a ser introduzida agora.

O Sr. **Presidente**: — Como referi, não iríamos ter nenhuma deliberação, era só uma questão de consensualização relativamente à sequência, mas o local mais apropriado para isso é, de facto, uma reunião de Mesa e Coordenadores.

Assim, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, peço-vos que se mantenham nos vossos lugares, porque, formalmente, iniciaremos já de seguida a reunião que estava agendada para o momento subsequente a este.

*Pausa.*

Vamos, então, realizar mais uma audição no âmbito da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre as consequências e responsabilidades políticas do furto do material militar ocorrido em Tancos.

Temos, agora, connosco o Sr. Vice-Almirante José Alfredo Monteiro Montenegro, a quem quero agradecer antecipadamente a disponibilidade para prestar esclarecimentos e saudá-lo pela sua presença.

Nos termos regimentais, a audição começará com o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, mas, antes de dar a palavra, na medida em que tive a oportunidade de perguntar ao Sr. Vice-Almirante se pretendia usar a prerrogativa de fazer uma breve declaração antes da audição, tendo a

resposta sido afirmativa. Sem mais delongas e reiterando os meus cumprimentos, Sr. Vice-Almirante, a palavra é sua.

O Sr. Vice-Almirante **José Alfredo Monteiro Montenegro** (ex-assessor militar no Gabinete do Primeiro-Ministro do XXI Governo Constitucional): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: As minhas primeiras palavras são para cumprimentar e saudar todos os Srs. Deputados e permitam-me particularizar os Srs. Deputados da Comissão de Defesa Nacional, com quem várias vezes estive.

Gostaria de fazer uma pequena declaração, para que melhor possam enquadrar as vossas perguntas e para que melhor possam compreender e contextualizar as minhas respostas. É que, relativamente ao caso de Tancos, apenas tive três contactos diretos, os quais passo a referir: foram as audições na Comissão de Defesa Nacional, pois, muito amavelmente, o Sr. Presidente e os Srs. Deputados da comissão sempre me franquearam as portas para poder assistir às audições relacionadas com o caso de Tancos, incluindo aquelas à porta fechada; foi uma reunião do Sr. Primeiro-Ministro, em 11 de julho, com o Sr. Ministro da Defesa Nacional e com os chefes militares; e, finalmente, o relatório *Tancos 2017: Factos e Documentos*, do Sr. Ministro da Defesa Nacional.

Estes foram, portanto, os meus contactos diretos com o assunto «Tancos».

Posto isto, estou à disposição dos Srs. Deputados. Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Vice-Almirante.

Dou, agora, a palavra, como referi, ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista, ao Sr. Deputado Jorge Gomes, que dispõe de até 8 minutos para colocar as questões.

O Sr. **Jorge Gomes** (PS): — Espero ceder algum tempo ao Sr. Presidente!

Sr. Presidente, quero começar por cumprimentar o Sr. Vice-Almirante José Alfredo Monteiro Montenegro e agradecer a sua vinda a esta Comissão, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Tenho questões rápidas e simples para lhe colocar. Fez um enquadramento que, da minha parte, já me retirou algumas perguntas, o que é bom.

Quando teve conhecimento do desaparecimento do material de Tancos e como teve conhecimento?

O Sr. Vice-Almirante **José Alfredo Monteiro Montenegro**: — Sr. Deputado, tive conhecimento exclusivamente pela comunicação social, portanto, logo no dia seguinte ao do acontecimento, no dia 29.

O Sr. **Jorge Gomes** (PS): — Quando é que o Sr. Vice-Almirante teve conhecimento da recuperação do material na Chamusca e por que via?

O Sr. Vice-Almirante **José Alfredo Monteiro Montenegro**: — Foi exatamente nos mesmos moldes: pela comunicação social e assim que saiu o comunicado, julgo eu, da Polícia Judiciária Militar a esse propósito.

O Sr. **Jorge Gomes** (PS): — Sr. Vice-Almirante, o Sr. Coronel Luís Vieira, ex-Diretor da Polícia Judiciária Militar, disse-nos aqui que o Sr. Vice-Almirante lhe telefonou em maio de 2018 a perguntar o que se passava com o diploma da estrutura orgânica da Polícia Judiciária Militar. Segundo nos disse, essa foi a razão do único contacto entre os dois. Confirma esta afirmação?

O Sr. Vice-Almirante **José Alfredo Monteiro Montenegro**: — Confirmando que terá sido a única. Confesso que não me recordo se foi por via telefónica, se foi por *e-mail*, mas lembro-me perfeitamente de ter tratado do assunto da lei orgânica da Polícia Judiciária Militar exatamente nessa altura, portanto, em maio.

Não me recordo do tipo de contacto, se foi telefonema, se foi *e-mail*, mas recordo-me de ter tratado do assunto da lei orgânica da PJM, sim.

O Sr. **Jorge Gomes** (PS): — Disse ainda o Sr. Coronel Luís Vieira que o chefe do Gabinete do Sr. Ministro da Defesa Nacional, Tenente-General Martins Pereira, teria recebido ordens para lhe fazer chegar um memorando, elaborado em agosto de 2017 pelo Sr. Diretor da PJM, que dava conta do descontentamento do Sr. Diretor da PJM relativamente à decisão da Procuradoria-Geral da República e ao facto de a PJM não ter ficado com o inquérito de Tancos. Ora, ficou aqui a ideia de que isto teria acontecido.

Tem conhecimento desse documento, que foi elaborado logo após o furto? Foi-lhe entregue?

O Sr. Vice-Almirante **José Alfredo Monteiro Montenegro**: — O Sr. Deputado está a referir-se ao memorando que terá sido entregue ao Sr. General, chefe de Gabinete, ou ao memorando que, em 4 de agosto, terá sido entregue ao Sr. Ministro da Defesa Nacional e ao chefe da Casa Militar do Sr. Presidente da República?

O Sr. **Jorge Gomes** (PS): — O de agosto.

O Sr. Vice-Almirante **José Alfredo Monteiro Montenegro**: — É esse, de agosto? Não, não tive conhecimento desse memorando. Além do mais, isso foi em agosto, estava de férias. Mas não tive conhecimento, não

me chegou às mãos e duvido que tenha chegado ao Gabinete do Sr. Primeiro-Ministro. Soube pela assessoria jurídica que também não chegou lá e era natural que um documento essencialmente técnico-jurídico pudesse também ter ido para a assessoria jurídica. Também não há conhecimento desse memorando na assessoria jurídica do Gabinete do Sr. Primeiro-Ministro.

Portanto, não tive qualquer conhecimento e duvido muito que ele tenha chegado ao Gabinete do Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Jorge Gomes** (PS): — No período em que exerceu as funções de assessor do Sr. Primeiro-Ministro, teve conhecimento de queixas relativamente à atuação da Polícia Judiciária Militar ou da Polícia Judiciária na respetiva investigação?

O Sr. Vice-Almirante **José Alfredo Monteiro Montenegro**: — Não, Sr. Deputado, em ocasião alguma. Absolutamente nada.

O Sr. **Jorge Gomes** (PS): — Muito obrigado, Sr. Vice-Almirante. Da minha parte, está o questionário feito.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Jorge Gomes, registo a forma célere, porém, assertiva com que colocou as questões e agradeço, obviamente, os esclarecimentos prestados pelo Sr. Vice-Almirante.

Sr. Deputado João Vasconcelos, do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, tem a palavra.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, queria cumprimentar o Sr. Vice-Almirante José Alfredo Monteiro Montenegro e agradecer os esclarecimentos que já prestou.

Não tenho muitas questões a colocar ao Sr. Vice-Almirante, até porque algumas já foram colocadas. O Bloco de Esquerda não foi o requerente da vinda do Sr. Vice-Almirante à Comissão, mas, claro, assumimos todas as audições que foram propostas pelos vários grupos parlamentares.

A primeira pergunta que fazia ao Sr. Vice-Almirante, independentemente de já ter dado alguns esclarecimentos, é a seguinte: na altura do furto de Tancos, em junho, e na altura da recuperação das armas, mais concretamente do material de guerra, quais eram as funções que desempenhava? Desempenhava as funções de assessor militar?

O Sr. Vice-Almirante **José Alfredo Monteiro Montenegro**: — Sim, Sr. Deputado, desde 1 de janeiro de 2016 até ao dia 20 de maio, data em que fiz 66 anos e me reformei, estava como assessor militar do Sr. Primeiro-Ministro. Portanto, nessas duas ocasiões, estava no Gabinete do Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Antes do assalto, alguma vez, nalgumas conversas, ouviu falar do estado de degradação em que se encontravam os Paíóis Nacionais de Tancos?

O Sr. Vice-Almirante **José Alfredo Monteiro Montenegro**: — Não, Sr. Deputado, nunca.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Alguma vez o Sr. Primeiro-Ministro falou com o Sr. Vice-Almirante sobre o furto de Tancos e, nomeadamente, sobre a questão da recuperação do armamento militar?

O Sr. Vice-Almirante **José Alfredo Monteiro Montenegro**: — Não, Sr. Deputado, nunca tive qualquer conversa a propósito de Tancos com o Sr. Primeiro-Ministro. Isso nunca aconteceu.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Nem quando veio a público a questão do memorando ou, embora isso tenha sido numa fase anterior, a questão da Operação Húbris? Também nunca falou com o Sr. Primeiro-Ministro sobre esses acontecimentos?

O Sr. Vice-Almirante **José Alfredo Monteiro Montenegro**: — Não, Sr. Deputado. Presumo que o Sr. Primeiro-Ministro estivesse confortável com a informação que teria. Há que dizer que o primeiro informador, conselheiro, do Sr. Primeiro-Ministro em matéria de Defesa e de Forças Armadas é o Sr. Ministro da Defesa Nacional. Não seria de todo expectável, estando o processo em segredo de justiça, que eu pudesse ter alguma informação privilegiada ou que pudesse acrescentar algo para informar o Sr. Primeiro-Ministro. Não foi, portanto, necessário qualquer contacto nesse sentido.

Por outro lado, eu próprio procurei ter o cuidado de não andar por outras vias a fazer perguntas, porque, para já, punha o interlocutor das perguntas sobre um assunto que estava em segredo de justiça numa situação que não gostaria de colocar. Por outro lado, se andasse por aí a procurar saber coisas, a fazer perguntas, isso poderia ser interpretado como eu estando a agir sob orientação do Sr. Primeiro-Ministro, o que seria completamente errado, porque nunca o Sr. Primeiro-Ministro me deu qualquer orientação nesse sentido. Portanto, eu próprio me reservei, no sentido de não andar a fazer por aí perguntas a propósito do caso de Tancos.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Alguma vez teve a perceção de haver alguma competição entre a Polícia Judiciária, civil, e a Polícia Judiciária Militar?

O Sr. Vice-Almirante **José Alfredo Monteiro Montenegro**: — Não, Sr. Deputado, para além daquilo que vinha na comunicação social, segundo a qual era latente um aparente mal-estar. Mas é só informação da comunicação social. Em termos objetivos, formais, com pessoas dessas entidades, nunca tive esse conhecimento.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Finalmente, uma última pergunta, agradecendo, desde já, as repostas que aqui deu: no seu entendimento, considera que terá existido alguma encenação com a recuperação do material de guerra ou ter-se-ia tratado apenas da recuperação efetiva do material?

O Sr. Vice-Almirante **José Alfredo Monteiro Montenegro**: — Sr. Deputado, muito honestamente, um bocado a contracorrente, acho que o que houve foi uma recuperação. Só que, para essa operação de recuperação, recorreu-se à encenação de uma denúncia anónima. Em termos práticos, para mim, houve uma recuperação, mas com este suporte da tal denúncia anónima. Essa, sim, seria uma encenação.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Sr. Presidente, Sr. Vice-Almirante, terminei as questões que queria formular.

O Sr. **Presidente**: — Segue-se o Grupo Parlamentar do CDS-PP. Tem a palavra o Sr. Deputado António Carlos Monteiro.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. Presidente, queria começar por saudar o Sr. Vice-Almirante Montenegro e por dizer que é um gosto revê-lo nesta Casa, já que várias vezes nos encontrámos aqui.

Começaria por um ponto que nos parece importante e que ainda há pouco foi perguntado, que foi: «Como é que tinha tomado conhecimento?» E o Sr. Vice-Almirante respondeu, mas o que não nos disse foi que ações é que tomou na sequência de ter tomado conhecimento do furto de Tancos.

O Sr. Vice-Almirante **José Alfredo Monteiro Montenegro**: — Sr. Deputado, não tomei ação alguma, portanto, da minha iniciativa. Fiquei na expectativa de qualquer coisa que o Gabinete do Sr. Primeiro-Ministro pretendesse de mim. Entretanto, também o Sr. Primeiro-Ministro, na semana subsequente, esteve ausente e fiquei, portanto, apenas na expectativa, não tomei qualquer ação de iniciativa própria.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — O Sr. Primeiro-Ministro foi de férias, não foi? Que instruções recebeu do Sr. Primeiro-Ministro durante esse período de férias, uma vez que ele não estava em Portugal nessa altura?

O Sr. Vice-Almirante **José Alfredo Monteiro Montenegro**: — Absolutamente nenhuma, Sr. Deputado.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Fez alguma recomendação ao Sr. Primeiro-Ministro relativamente às suas férias, no sentido de se fazia ou não sentido ausentar-se? Transmitiu alguma preocupação ao Sr. Primeiro-Ministro por essa ocasião?

O Sr. Vice-Almirante **José Alfredo Monteiro Montenegro**: — Não, não o fiz e confesso que nem me passaria pela cabeça fazer alguma recomendação ao Sr. Primeiro-Ministro nessa matéria.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Durante esse período, foi assegurada pelo Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros a condução desse processo.

Teve algum contacto com o Gabinete do Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros ou com o próprio Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros?

O Sr. Vice-Almirante **José Alfredo Monteiro Montenegro**: — Também não, Sr. Deputado.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — E com o Sr. Chefe do Estado-Maior do Exército, teve algum contacto?

O Sr. Vice-Almirante **José Alfredo Monteiro Montenegro**: — Também não. A primeira vez que ouvi o Sr. Chefe do Estado-Maior do Exército pronunciar-se sobre o assunto foi exatamente na audição na Comissão de Defesa Nacional, que ocorreu à porta fechada.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Aquilo que o Sr. Vice-Almirante nos está a dizer é que não teve contacto nenhum com este assunto e que tudo o que conseguiu apurar foi apenas pela audição na Comissão de Defesa Nacional, à semelhança daquilo que os Srs. Deputados, que pertencem à Comissão de Defesa Nacional, também obtiveram de informação. É isso?

O Sr. Vice-Almirante **José Alfredo Monteiro Montenegro**: — Exatamente, Sr. Deputado, tal e qual.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — O Sr. General Martins Pereira, o chefe de Gabinete do Sr. Ministro da Defesa Nacional, afirmou, na audição da semana passada, que terá tido contactos com o assessor militar do Primeiro-Ministro, o Sr. Vice-Almirante Montenegro, sobre o tema «Tancos». Em que é que incidiram essas conversas? Pedia-lhe que nos relatasse com detalhe essas mesmas conversas.

O Sr. Vice-Almirante **José Alfredo Monteiro Montenegro**: — Sr. Deputado, se bem me recordo do que disse o Sr. General Martins Pereira, as conversas que, eventualmente, tenhamos tido, terão sido conversas absolutamente informais, de circunstância, quando nos cruzávamos em cerimónias, mas nunca, objetivamente, eu lhe liguei ou ele me ligou a propósito de qualquer esclarecimento relacionado com o assunto de Tancos. Agora, admito, tal como ele admitiu, que em encontros que tivemos, não marcados com esse propósito, pudéssemos ter abordado a questão de Tancos em termos genéricos.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. Vice-Almirante, qual era, então, o conteúdo dessas conversas?

O Sr. Vice-Almirante **José Alfredo Monteiro Montenegro**: — Sr. Deputado, confesso que não me recordo, dada a informalidade das conversas que terão havido, mas admito, sem ter qualquer certeza, que pudéssemos conversar sobre o impacto negativo que o caso de Tancos estaria a ter sobre o Exército e sobre as Forças Armadas em geral.

Admito que só neste âmbito e nunca, de forma alguma, com algo que tivesse a ver com o processo de investigação.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. Vice-Almirante, a pergunta também não era sobre o processo de investigação, era sobre o enquadramento, em geral, relativamente à questão de Tancos.

O Sr. Vice-Almirante teve conhecimento das diligências realizadas, nomeadamente, pela UCAT (Unidade de Coordenação Antiterrorismo), nas reuniões que houve? Teve algum tipo de acesso à informação que foi sendo prestada ao Sr. Primeiro-Ministro? Serviu de interlocutor do resultado de alguma dessas reuniões ou não teve nenhuma participação nessas reuniões?

O Sr. Vice-Almirante **José Alfredo Monteiro Montenegro**: — Não. Não faço parte da UCAT, como o Sr. Deputado bem sabe, e os resultados dessa reunião da UCAT nunca me chegaram. Uma vez mais, só soube através da comunicação social.

Reitero o que comecei por dizer no princípio, naquela curta declaração. Os meus únicos contactos diretos com o caso de Tancos foram apenas aquelas três ocasiões informais que referi.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Mas sabe se essa informação foi sendo acompanhada por outro membro do Gabinete do Sr. Primeiro-Ministro, que não o Sr. Vice-Almirante? Sabe dar-nos essa informação, ou não?

O Sr. Vice-Almirante **José Alfredo Monteiro Montenegro**: — Não, não tenho esse conhecimento.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — E em relação à reunião de 12 de julho, em que já nos disse que esteve presente, pode relatar-nos o que sucedeu?

O Sr. Vice-Almirante **José Alfredo Monteiro Montenegro**: — Sr. Deputado, o objetivo dessa reunião foi o de o Sr. Primeiro-Ministro tomar contacto, em direto, com os chefes militares sobre as condições de segurança de cada um dos ramos das Forças Armadas e sobre as medidas que, eventualmente, poderiam ser tomadas no sentido de salvaguardar o material militar.

Obviamente que o Chefe do Estado-Maior do Exército fez um curto relato sobre os acontecimentos, que eram ainda muito recentes, mas o objetivo foi, essencialmente, o de se saber o estado de segurança do material militar nos restantes ramos.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. Vice-Almirante, como sabe, no final dessa reunião houve uma declaração do Sr. Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas (GEMGFA). Pode relatar-nos como foi preparada essa declaração?

O Sr. Vice-Almirante **José Alfredo Monteiro Montenegro**: — Sr. Deputado, não houve qualquer preparação nesse sentido. Houve a reunião convocada pelo Sr. Primeiro-Ministro, havia jornalistas a aguardar e, portanto, pareceu-me perfeitamente natural que, no final da reunião, o Sr. Primeiro-Ministro ou o Sr. Ministro da Defesa produzissem umas declarações e, bem assim, o Sr. General CEMGFA, uma vez que era o mais antigo dos militares presentes. Como tal, faria todo o sentido que fosse ele a responder e a fazer uma declaração aos jornalistas.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Mas recorda-se, com certeza, de que as declarações do Sr. General CEMGFA foram, essencialmente, sobre a questão da operacionalidade, ou não, daquele material que havia sido furtado e recordar-se-á também do impacto que isso teve na comunicação social. Esse ponto foi focado na reunião, ou não?

O Sr. Vice-Almirante **José Alfredo Monteiro Montenegro**: — É difícil precisar se foi ou não. Admito perfeitamente que sim, que tenha sido, e acho que era uma informação que teria algum relevo dada a perigosidade daquele equipamento e, estando ele obsoleto e inoperacional, parece-me que seria bem a propósito poder revelar isso publicamente, no sentido de poder acalmar a opinião pública.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. Vice-Almirante, ainda nas audições desta Comissão, o Sr. General Chefe, na altura, fez questão de frisar que nunca tinha dito que estava obsoleto, que isso foi retirado, ou que foi dito de um modo que não era aquele que ele tinha dito. Aliás, o Sr. Vice-Almirante sabe que depois, nas audições da Comissão de Defesa, o Sr. General Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas fez questão de frisar que nunca tinha dito que não era perigoso aquele material.

Não detetou aí alguma incongruência entre a declaração pública e aquilo que parece ser uma correção, no sentido de que se poderia ter achado que havia uma desvalorização daquilo que não deveria ser desvalorizado?

O Sr. Vice-Almirante **José Alfredo Monteiro Montenegro**: — Sr. Deputado, enfim, se calhar é uma questão de semântica e de jogo de palavras, de «obsoleto» ou «não obsoleto». Efetivamente, tanto quanto julgo saber, aquele material tinha tido várias falhas em exercícios e, como tal, foi dado

como inoperacional para a atividade do Exército, estando nos Paióis para ser abatido. Se estava completamente obsoleto... enfim, é o tal jogo de palavras. Agora, estava inoperacional e, operacionalmente, o Exército não contava com esse equipamento. Aliás, segundo me recorde, na Comissão de Defesa, o Sr. General até terá dito que poderia ser extremamente perigoso para um potencial utilizador desse equipamento.

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Exatamente!

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. Vice-Almirante, nesta altura até sabemos que o material iria ser abatido. O material foi requisitado para as equipas da EOD (*explosive ordnance disposal*) poderem treinar. Sabia disso? Já soubemos disso nestas audições.

O Sr. Vice-Almirante **José Alfredo Monteiro Montenegro**: — Sr. Deputado, tenho ideia que sim, mas — e foi esta a minha interpretação — foram para as equipas de EOD não para dispararem o equipamento e sim para treinarem a desmantelá-lo, a desmilitarizá-lo, não é!? Portanto...

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Mudando de aspeto, em termos de inquirição, pergunto-lhe, Sr. Vice-Almirante, como é que tomou conhecimento do achamento das armas no dia 18 de outubro de 2017.

O Sr. Vice-Almirante **José Alfredo Monteiro Montenegro**: — Igualmente pela comunicação social, Sr. Deputado.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Referiu há pouco o conhecimento via comunicado da Polícia Judiciária Militar. Teve conhecimento de como foi elaborado esse comunicado?

O Sr. Vice-Almirante **José Alfredo Monteiro Montenegro**: — Não, não tive. Apenas tive conhecimento do próprio comunicado pelo relatório *Tancos 2017*, do Sr. Ministro da Defesa, porque anteriormente até nem tinha conhecimento objetivo do conteúdo do comunicado. Portanto, não faço ideia de como é que foi redigido.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Mas teve conhecimento daquilo que já nos foi relatado aqui na Comissão de Inquérito? O Sr. Diretor da Polícia Judiciária Militar diz que recebeu instruções do Sr. Ministro da Defesa para elaborar o comunicado em colaboração com o seu Gabinete. Tinha informação de isto ser feito assim?

O Sr. Vice-Almirante **José Alfredo Monteiro Montenegro**: — Não, Sr. Deputado, não tinha, mas também confesso que me parece algo normal, perante a recuperação das armas, que o Sr. Ministro da Defesa dissesse ao Diretor da Polícia Judiciária Militar para fazer um comunicado a informar a população. Presumo que a assistência do Gabinete seria meramente técnica, com o assessor de imprensa.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. Vice-Almirante, mas estamos a falar de um processo em segredo de justiça, que tem a direção da investigação pelo Ministério Público e em que a Polícia Judiciária Militar está na dependência funcional do Ministério Público e não do Ministro da Defesa. Portanto, assim sendo, não lhe pareceu estranho esse comunicado que, sabemos hoje, foi feito à revelia do Ministério Público?

O Sr. Vice-Almirante **José Alfredo Monteiro Montenegro**: — Sr. Deputado, tal como expõe as coisas, poderá parecer estranho, mas,

efetivamente, na altura não me pareceu nada estranho. Foi recuperado o material... O País vivia em algum sobressalto com esta questão de Tancos e julgo que era de toda a importância que, tão cedo quanto possível, se pudesse informar o público de que o material tinha sido recuperado. Se isso deveria ter sido feito através do Ministério Público?! Pois, eu diria que sim. O processo estava no Ministério Público e eu diria que sim, mas foi entendido de outra forma.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — E em relação à conferência de imprensa do Sr. Chefe do Estado-Maior do Exército, em que anunciou a recuperação do material e, inclusivamente, que havia uma caixa a mais? Quando é que tomou conhecimento dessa conferência de imprensa?

O Sr. Vice-Almirante **José Alfredo Monteiro Montenegro**: — Julgo que em direto, pela televisão.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — E não estranhou que estivesse um chefe militar, em relação a um processo em segredo de justiça, a informar que tinha sido recuperada uma caixa a mais relativamente ao material que havia sido furtado?

O Sr. Vice-Almirante **José Alfredo Monteiro Montenegro**: — Perante as circunstâncias, eu diria que não. Se levarmos a questão do segredo de justiça com todo o rigor, talvez! Agora, pareceu-me que... Aliás, julgo que até já teria sido abordado na comunicação social que nem todo o material teria sido recuperado. Isso já circulava na comunicação social. Se o Sr. General Chefe do Estado-Maior do Exército o fez, porventura até fez bem, para evitar mais especulações, porque se falaria em mais material... Enfim, ele procurou minimizar o impacto do aparecimento de material, que poderia

aparentar ser muito quando, afinal, tal como ele proferiu, era «uma caixinha». Foi essa a expressão utilizada pelo Sr. General.

Julgo que essa informação poderá ter sido pertinente para evitar especulações sobre material aparecido a mais.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Mas, Sr. Vice-Almirante, a verdade é que, no dia 22 de outubro de 2017, o Sr. Primeiro-Ministro fez uma declaração ao País a dizer que, por ação da PJM, já havia sido recuperado todo o material que tinha desaparecido, mas ainda agora o Sr. Vice-Almirante nos disse que se sabia, pela comunicação social, que o material não tinha sido todo recuperado.

O que é que permitiu ao Sr. Primeiro-Ministro fazer essa declaração, a qual sabemos que não responde à verdade?

O Sr. Vice-Almirante **José Alfredo Monteiro Montenegro**: — Efetivamente, não sei responder, mas lendo o comunicado feito pela Polícia Judiciária Militar, não é nada claro, antes pelo contrário, e até induz à perceção de que todo o material tinha sido recuperado. Tal como está redigido, assim me parece!

Não sei se foi com base no comunicado da PJM que o Sr. Primeiro-Ministro fez essa declaração, mas — e julgo que o Sr. Deputado até já reconheceu isso nesta Comissão de Inquérito ou na Comissão da Defesa? Já não me recordo! — a maneira como o comunicado está redigido é dúbia e permite facilmente a interpretação de que teria sido todo o material.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sabemos hoje que esse comunicado foi feito com o Gabinete do Sr. Ministro da Defesa! Não acha que assistimos a uma tentativa de encerrar o assunto de Tancos o mais

depressa possível e que isso levou a que o comunicado tivesse sido feito nestes termos para permitir essa declaração do Sr. Primeiro-Ministro?

O Sr. Vice-Almirante **José Alfredo Monteiro Montenegro**: — Eu diria que não, Sr. Deputado, porque se o material não apareceu todo, se não fosse naquele dia seria nos dias subsequentes que isso se viria a saber e, em minha opinião, seria um erro de palmatória se, propositadamente, se pretendesse iludir a opinião pública através do comunicado. Portanto, julgo que foi mais uma questão de redação do que outra coisa!

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — O Sr. Vice-Almirante teve conhecimento, nas notícias publicadas, de que a Polícia Judiciária tinha sido barrada à porta de Santa Margarida e que não a tinham deixado entrar no momento em que foi recuperado este material?

O Sr. Vice-Almirante **José Alfredo Monteiro Montenegro**: — Tive, sim. Já não sei em que momento, mas sim.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — O que é que pensou nessa altura? Tomou alguma diligência?

O Sr. Vice-Almirante **José Alfredo Monteiro Montenegro**: — Não me competia, de forma alguma, tomar qualquer diligência nessa matéria. Julgo que foi seguido o procedimento que vigora no Exército, e nas Forças Armadas, em geral, de acesso a Unidades militares só com um mandado judicial. Os meus camaradas do Exército terão levado este preceito a rigor, mas são essas as normas que vigoram no Exército.

Eventualmente, dadas as circunstâncias e dado o conhecimento de que a Polícia Judiciária tinha o processo em mão, poder-se-ia ter aligeirado a

regra e permitido que a Polícia Judiciária entrasse, mas, formalmente, não vejo nada de errado no procedimento que foi tomado.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. Vice-Almirante, a questão é esta: temos, como já vimos, problemas com eventuais violações de segredo de justiça quer com a declaração do Sr. Chefe de Estado-Maior do Exército quer com a Polícia Judiciária Militar. Temos a Polícia Judiciária barrada à porta de Santa Margarida e aquilo que me parece é que, por parte do poder político, nomeadamente no Gabinete do Sr. Primeiro-Ministro, que tem a principal responsabilidade em relação a esse mesmo poder político, ficaram a olhar para o outro lado e que procuraram não ver o que estava a acontecer.

Aquilo que pedia ao Sr. Vice-Almirante era que me esclarecesse que medidas é que foram tomadas para que estas coisas não acontecessem, porque estamos a falar de serviços que, obviamente, dependem, em última instância, do Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. Vice-Almirante **José Alfredo Monteiro Montenegro**: — Sr. Deputado, quanto à questão do segredo de justiça em relação ao qual o Sr. Deputado disse que, eventualmente, teria sido violado, não sei se, efetivamente, o foi ou não. Isto depende um pouco das interpretações.

A minha ideia é que no Gabinete do Sr. Primeiro-Ministro, uma vez o furto acontecido, houve uma grande preocupação de tomar todas as medidas que fossem necessárias para que uma situação idêntica não viesse a acontecer. E isso foi feito, liderado pelo Sr. Ministro da Defesa e pelo Chefe do Estado-Maior do Exército, com grande celeridade, com grande eficácia e, tal como o Sr. Primeiro-Ministro basta vezes declarou, foram tomadas estas medidas, acauteladas estas medidas e o assunto corria, a nível do inquérito,

pelas autoridades judiciárias. Portanto, acho que propositadamente não quis imiscuir-se nessa matéria.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado António Carlos Monteiro.

Reiterando os meus agradecimentos ao Sr. Almirante Monteiro Montenegro, passo agora a palavra ao Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Machado.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.<sup>as</sup> Deputadas, Sr. Vice-Almirante, obrigado pelos contributos que já deu, os quais foram muito taxativos, pelo que não tenho muitas questões a colocar.

Sr. Vice-Almirante, efetivamente, o seu nome só vem referido a propósito de uma chamada do Diretor Nacional da PJM e já está clarificado que era a propósito do estatuto da PJM, pelo que não diz respeito a esta Comissão Parlamentar de Inquérito, e referia-se à reunião do dia 11.

Relativamente à reunião do dia 11, para que fique claro, é feita uma declaração de inoperabilidade dos sistemas que foram furtados e isso não significa uma leitura da perigosidade dos mesmos. É que me parece óbvio que quem faz uma declaração quanto à não operacionalidade dos meios que foram furtados tem o objetivo claro de desvalorizar no mercado de aquisições aquilo que foi furtado. E se há uma declaração de que aquilo que foi furtado é inoperacional, quem quiser vender terá dificuldades em fazê-lo.

Pergunto se isso foi tido em consideração, se foi uma estratégia e se isso, de alguma forma, retira a avaliação feita por quem lidou com o assunto quanto à perigosidade dos materiais furtados para serem utilizados de uma forma diferente do ponto de vista, por exemplo, de atentados ou de outra utilização criminosa que pudesse ser feita.

Era a única pergunta que queria colocar.

O Sr. Vice-Almirante **José Alfredo Monteiro Montenegro**: — Sr. Deputado, nunca tinha ouvido essa possibilidade, mas acho que é interessante a declaração poder ter sido proferida assim. Não foi, isso não foi abordado na reunião mas a desvalorização dos LAW (*Light Anti-Tank Weapon*) — é disso que estamos a falar — poder ter como objetivo dificultar uma eventual venda de material... Nunca tinha ouvido essa possibilidade, mas, enfim, faz algum sentido, mas isso não foi discutido na reunião.

Na reunião, foi apenas aflorado que a inoperacionalidade tinha a ver somente com o uso. Portanto, seria muito difícil poder utilizar, fosse por que mãos fosse, aquele material, uma vez que até podia ser perigoso para o próprio utilizador. Foi apenas nesse sentido.

*Entretanto, assumiu a presidência o Vice-Presidente João Vasconcelos.*

O Sr. **Presidente**: — Tendo em conta que o Sr. Deputado do PCP não tem mais questões a colocar, tem a palavra o Sr. Deputado Matos Rosa, do Grupo Parlamentar do PSD.

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Começo por cumprimentar o Sr. Vice-Almirante Monteiro Montenegro, em nome da bancada do PSD, e agradecer a sua presença nesta Comissão para, no fundo, nos ajudar no esclarecimento de várias matérias ligadas ao desaparecimento das armas em Tancos.

O Sr. Vice-Almirante passou à situação de reserva em 20 de maio de 2014, não é verdade?

O Sr. Vice-Almirante **José Alfredo Monteiro Montenegro**: — Exatamente. Com 62 anos, passei à situação de reserva.

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — No entanto, permaneceu em efetividade de serviço como Inspetor-Geral da Marinha.

O Sr. Vice-Almirante **José Alfredo Monteiro Montenegro**: — Exatamente, Sr. Deputado.

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — O que é que faz um inspetor-geral da Marinha? Quais são as competências?

O Sr. Vice-Almirante **José Alfredo Monteiro Montenegro**: — Sr. Deputado, o inspetor-geral da Marinha é o principal conselheiro do Chefe de Estado-Maior da Armada (CEMA) para que ele possa aferir o estado de prontidão, de operacionalidade, de coesão, de cumprimento das regras que estão na Marinha.

Portanto, fazem-se inspeções rotineiras, fazem-se inspeções extraordinárias... O seu principal objetivo é ajudar o Almirante CEMA na sua ação de comando.

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — Terminou essas funções em 31 de dezembro de 2015 quando, no dia 1 de janeiro de 2016, foi para assessor do Sr. Primeiro-Ministro, António Costa, até 20 de maio de 2018. É assim?

O Sr. Vice-Almirante **José Alfredo Monteiro Montenegro**: — Exatamente.

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — Quais eram as suas funções como assessor do Sr. Primeiro-Ministro?

O Sr. Vice-Almirante **José Alfredo Monteiro Montenegro**: — As funções de qualquer assessor, julgo eu, são: estar pronto para, quando o chefe dele necessita, poder responder imediatamente, se estiver por dentro do assunto, ou, por outras vias, procurar a informação necessária a satisfazer a necessidade do seu chefe, neste caso o Sr. Primeiro-Ministro.

Aquilo que eu fazia rotineiramente era a análise de relatórios provenientes do Ministério da Defesa, os relatórios do SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa), outros relatórios de alguns organismos das Forças Armadas, nomeadamente do IASFA (Instituto de Ação Social das Forças Armadas), o acompanhamento próximo das Forças Nacionais Destacadas, o planeamento, a preparação e o acompanhamento das visitas do Sr. Primeiro-Ministro às Forças Armadas, a preparação do Conselho Superior de Defesa Nacional, a análise de documentos da União Europeia e da NATO relativamente a matérias de Defesa e matérias militares, leis orgânicas dos organismos pertencentes à Defesa, a situação do Arsenal do Alfeite, por exemplo, o aeroporto do Montijo, enfim, etc., etc.

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — Pelo que acabou de relatar, dentro das suas competências, tinha acesso a uma série de informação privilegiada.

O Sr. Vice-Almirante **José Alfredo Monteiro Montenegro**: — Tinha acesso a alguma informação que não circulava publicamente, mas também não era informação confidencial, exceção feita aos relatórios do SIED.

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — Não tinha acesso a relatórios da Polícia Judiciária Militar nem dos serviços de informação militares?

O Sr. Vice-Almirante **José Alfredo Monteiro Montenegro**: — Não, nem tenho conhecimento de que esses relatórios sejam dirigidos ao Gabinete do Sr. Primeiro-Ministro. Eu tratava dos relatórios do SIED, a assessoria de segurança tratava dos relatórios do SIS.

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — Sr. Vice-Almirante, com toda essa documentação, com todos esses pareceres que dava, entregava esses relatórios ao Sr. Primeiro-Ministro?

O Sr. Vice-Almirante **José Alfredo Monteiro Montenegro**: — Quando era necessário fazer um relatório, sim, fazia-o.

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — Tendo, embora, toda essa informação e tendo acesso às próprias chefias militares, já disse que tinha sabido do furto do material de Tancos pela comunicação social. Qual foi o seu estado de alma, como militar, quando soube deste acontecimento? Achou que era um pequeno furto? Não deu importância? Pensou: «Atenção que está aqui uma coisa grande. Temos de ter cuidado»? Avisou o Sr. Primeiro-Ministro?

O Sr. Vice-Almirante **José Alfredo Monteiro Montenegro**: — Sr. Deputado, o estado de alma era do pior que poderia haver. Como é evidente, este furto, pela sua dimensão, teve um impacto muito grande nas Forças Armadas, em particular no Exército. Atrevia-me a dizer que isto foi uma injustiça terrível para o Exército, porque acho que o Exército não o merecia.

O nome do Exército andou um pouco pelas ruas da amargura por causa do caso Tancos, com muita pena minha. Acho que é uma injustiça.

Disse o Sr. Almirante Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas que o Exército não é Tancos, e é bem verdade.

Como militar, não tanto como militar da Marinha mas como militar em geral, isto foi um choque, para mim. Qualquer cidadão português, e, por maioria de razão, os militares, ficou afetadíssimo por isto, porque a imagem do País externamente também foi abalada.

Foi, portanto, um choque muito grande e, para responder à pergunta do Sr. Deputado, fiquei um pouco na expectativa de qualquer *démarche*, de qualquer orientação que o Sr. Primeiro-Ministro pretendesse da minha parte, o que não ocorreu.

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — Pessoalmente, deu importância a este roubo? Achou que tinha uma dimensão grande? Achou que estava aqui um problema para Portugal, no fundo?

O Sr. Vice-Almirante **José Alfredo Monteiro Montenegro**: — Sr. Deputado, seguramente. Pela dimensão do roubo, pela perigosidade do material roubado, é evidente que sim. Ainda hoje, não sei quais seriam os destinos desse material, se ia para o tráfico internacional de armas, se era para ser usado pela criminalidade organizada internamente, mas, seguramente, fiquei bastante preocupado.

Não emito a opinião de que a segurança nacional tivesse ficado posta em causa, mas o facto de haver armamento à solta, digamos assim, nas ruas, aumenta a perigosidade de qualquer cidadão e, portanto, eu, como cidadão, também fiquei preocupado, com certeza.

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — Fez algum relatório sobre esse seu estado de alma para o Sr. Primeiro-Ministro?

O Sr. Vice-Almirante **José Alfredo Monteiro Montenegro**: — Não, Sr. Deputado. Eu não fazia relatórios de estados de alma ao Sr. Primeiro-Ministro. Aquilo que eu fazia eram objetivos...

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — Refiro-me a um relatório sobre a forma como viu e apreciou o caso, tendo achado que tínhamos aqui um problema grande. Quero dizer-lhe que, se eu fosse assessor, fazia um relatório, o que é normal. Tal como faz um relatório quando recebe um documento. Quando recebeu a Lei Orgânica da PJM, de certeza que fez um relatório para o Sr. Primeiro-Ministro para ele saber o que se passava.

O Sr. Vice-Almirante **José Alfredo Monteiro Montenegro**: — Sr. Deputado, acho que o meu estado de alma e a minha preocupação eram idênticos ao do Sr. Primeiro-Ministro. O Sr. Primeiro-Ministro não necessitaria de relatório algum a propósito do furto, porque ele também estava preocupadíssimo com o assunto. Não houve ninguém em Portugal que não ficasse.

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — Então, conversaram sobre isto?

O Sr. Vice-Almirante **José Alfredo Monteiro Montenegro**: — Não, não conversámos sobre isto, mas, nomeadamente nessa reunião que ocorreu no dia 11, a preocupação do Sr. Ministro e as declarações públicas que fez eram por demais evidentes de que estava preocupado com a matéria.

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — É normal um assessor, seja ele de que ramo for, seja do ambiente ou militar, ter reuniões com a chefia, neste caso com o Primeiro-Ministro. Tinha reuniões normais, pelo menos, uma vez por mês, uma vez por semana, com o Sr. Primeiro-Ministro?

O Sr. Vice-Almirante **José Alfredo Monteiro Montenegro**: — Não, Sr. Deputado. As reuniões que eu tinha eram com a Sr.<sup>a</sup> Chefe de Gabinete e não com o Sr. Primeiro-Ministro, a não ser num caso ou noutro muito pontual em que o Sr. Primeiro-Ministro me chamava para falar diretamente.

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — Conhece o Major Vasco Brazão? Lidou com ele?

O Sr. Vice-Almirante **José Alfredo Monteiro Montenegro**: — Não, não o conhecia pessoalmente. Aliás, não conhecia ninguém da Polícia Judiciária Militar e, quando digo que não conhecia, quero dizer que não tinha um contacto próximo. Eventualmente, ter-me-ei cruzado com o Sr. Diretor ou com inspetores da Polícia Judiciária Militar em cerimónias militares, mas no contacto pessoal, não.

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — E o Coronel Luís Vieira?

O Sr. Vice-Almirante **José Alfredo Monteiro Montenegro**: — Também não, Sr. Deputado.

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — E o Coronel Estalagem?

O Sr. Vice-Almirante **José Alfredo Monteiro Montenegro**: — Também não.

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — É só para ficar registado que não conhece. Por isso perguntei um a um.

Diga-me o seguinte: também fiz serviço militar — e não foi assim tão curto — e habituei-me... Nós temos uma máxima nas Forças Armadas, que já foi repetida por todos os militares que aqui vieram, que é a de que as ordens cumprem-se, não se discutem.

Não acha estranho ter havido uma ordem da PGR que não foi cumprida pela Polícia Judiciária Militar?

Não compreendo como é que um militar que, tendo estes princípios, tais como o do cumprimento... A chefia militar tem mais informação do que nós, por isso se está a dar-nos esta orientação, esta ordem... Nunca se discutem as ordens, mas aqui nem sequer foi discutido, não cumpriram.

Portanto, por aquilo que nos tem sido dado a conhecer nesta Comissão houve uma investigação paralela à da Polícia Judiciária que, no fundo, é que tinha a competência para fazer essa investigação.

O Sr. Vice-Almirante **José Alfredo Monteiro Montenegro**: — Ó Sr. Deputado, faz parte do mundo militar o cumprimento de ordens, isso é evidente.

A decisão da Sr.<sup>a</sup> Procuradora-Geral da República de entregar o processo à Polícia Judiciária não é como nas ordens diretas que no dia-a-dia militar o superior hierárquico dá ao subordinado, mas não deixa de ser uma orientação, se quiser uma ordem de cumprimento obrigatório mas desse não cumprimento cabe a responsabilidade a quem não cumpriu.

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — Voltando um bocadinho atrás, porque não percebi, quem é que o contactou para apresentar a lei orgânica da PJM?

O Sr. Vice-Almirante **José Alfredo Monteiro Montenegro**: — Sr. Deputado, o Sr. Coronel Luís Vieira diz que eu lhe telefonei a esse propósito. Confesso que não me recordo mas estou mais inclinado a que tivéssemos contactado via *e-mail*. Agora, tive a oportunidade, porque já não me lembrava disso, de confirmar que tratei do estatuto, da Lei Orgânica da Polícia Judiciária Militar. Portanto, acho perfeitamente plausível que possa ter contactado telefonicamente ou por *e-mail* com o Sr. Coronel Luís Vieira.

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — Já agora faço-lhe uma pergunta para a segunda parte, e já falou sobre isto: qual foi o seu estado de alma, se me permite mais uma vez, com o achamento? Ficou aliviado? Ficou descansado? Pensou: «Temos o problema resolvido». O que é que achou disso na altura? É uma caixa de fruta a mais, falando em caixas? Isto não é coisa a mais aparecer assim de repente?

O Sr. Vice-Almirante **José Alfredo Monteiro Montenegro**: — Ó Sr. Deputado, fiquei muito satisfeito com o aparecimento do material, porque viria a pôr praticamente, praticamente é um bocado sugestiva a expressão... Mas a principal preocupação, na minha opinião, era efetivamente a recuperação do material e subseqüentemente a persecução dos autores do furto, mas a recuperação do material era um facto absolutamente decisivo.

Nenhum português se sentiria confortável, como há pouco disse, se andasse por aí à solta material militar e perigoso. Essa recuperação trouxe, sem dúvida, algum alívio a todos os portugueses e em particular às Forças Armadas e ao Exército, portanto fiquei bastante satisfeito.

A forma como apareceu só posteriormente, com o desenvolvimento dos acontecimentos, é que vim a aperceber-me de que teria sido uma forma menos correta, menos lícita, se quises.

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — Sr. Vice-Almirante, já referiu aqui que não conhecia o memorando de 4 de agosto, porque estava de férias nessa altura...

O Sr. Vice-Almirante **José Alfredo Monteiro Montenegro**: — Exatamente!

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — Então pergunto-lhe se, a propósito das declarações aqui proferidas nesta Comissão, só mais tarde é que teve conhecimento da existência desse memorando pela comunicação social. Não tinha tido antes qualquer conhecimento?

O Sr. Vice-Almirante **José Alfredo Monteiro Montenegro**: — Nem isso, Sr. Deputado, eu só tive conhecimento da existência desse memorando a propósito das declarações aqui proferidas, antes não tinha tido qualquer conhecimento dele.

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — Não foi pela comunicação social, então foi aqui pela Comissão?

O Sr. Vice-Almirante **José Alfredo Monteiro Montenegro**: — Tanto quanto me é possível recordar, penso que a Comissão nunca mencionou este memorando de 4 de agosto.

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — A encenação em si só nessa altura é que percebeu ... Já tinha percebido antes, mas aqui é que confirmou que havia um memorando que contava essa encenação toda.

O Sr. Vice-Almirante **José Alfredo Monteiro Montenegro**: — Não sei bem qual foi o objetivo do memorando, mas continuo com a convicção de que foi uma recuperação que se baseou numa encenação da tal denúncia anónima.

Por que é que isto foi feito assim? Não sei se foi para conseguir levar até ao fim toda a operação de recuperação, fruto de eventuais exigências do informador. Não sei se foi para camuflar uma investigação paralela que a PJM pudesse ter feito. Os seus propósitos não sei, mas percebo um pouco a grande preocupação com a recuperação das armas.

O Sr. Coronel Luís Vieira referiu aqui que entendia que era do interesse nacional. Efetivamente, não é a ele que compete definir o que é o interesse nacional, mas penso que o senso comum também diz que era do interesse nacional que as armas fossem recuperadas.

Também não sei se corresponde à realidade o facto de o Sr. Coronel ter aqui dito que se não tivessem sido recuperadas naquela altura, provavelmente hoje estariam na barragem de Castelo de Bode. Ainda bem que foram recuperadas porque se elas tivessem no fundo da barragem de Castelo de Bode continuaríamos aqui a viver durante dias e anos nesta incerteza de onde é que estaria o material.

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — Tenho aqui mais uma série de perguntas, a maior parte relativas à encenação. Nunca lhe foi transmitida qualquer informação sobre o processo de recuperação do material? É só para ficar registado.

O Sr. Vice-Almirante **José Alfredo Monteiro Montenegro**: — Não.

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — Nem nunca recebeu documento algum sobre este processo todo das armas de Tancos?

O Sr. Vice-Almirante **José Alfredo Monteiro Montenegro**: — Nenhum, Sr. Deputado.

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — Nem foi entregue no Gabinete do Sr. Primeiro-Ministro, ou a si, como Vice-Almirante, nenhum documento, nem nenhum memorando sobre o desaparecimento das armas, o seu aparecimento ou qualquer encenação?

O Sr. Vice-Almirante **José Alfredo Monteiro Montenegro**: — A mim seguramente não foi entregue. No Gabinete do Sr. Primeiro-Ministro não posso ter a certeza, porque nem toda a documentação que entra no Gabinete do Sr. Primeiro-Ministro é depois distribuída aos assessores.

Existe aquele princípio da necessidade de conhecer e presumo eu que com documentos sobre esta matéria houvesse alguma necessidade de o assessor militar dele tomar conhecimento. Mas como não me chegou nada às mãos é de presumir que também não chegou nada ao Gabinete do Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — Gostava ainda de um esclarecimento em relação à reunião de 11 de julho no Gabinete do Sr. Primeiro-Ministro com os Chefes do Estado-Maior: foi o Sr. Vice-Almirante que sugeriu esta reunião ao Sr. Primeiro-Ministro?

O Sr. Vice-Almirante **José Alfredo Monteiro Montenegro**: — Não, não fui.

O Sr. Primeiro-Ministro tinha estado ausente, entretanto tinha chegado. Esta reunião, salvo erro, foi numa terça-feira e quis, presumo eu, inteirar-se pessoalmente e de uma forma direta com os chefes militares sobre

o estado de segurança do material militar, nos diferentes ramos e naturalmente deu oportunidade ao chefe do Estado-Maior do Exército de prestar alguns esclarecimentos muito preliminares sobre aquilo que tinha acontecido em Tancos.

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — O Sr. Vice-Almirante articulou, como assessor militar e dentro das suas competências como disse ao princípio, esta reunião com a Sr.<sup>a</sup> Chefe de Gabinete que era com quem falava. Preparou ou ajudou a preparar a reunião, a convocar as pessoas, a fazer, pelo menos, um guião da reunião? É normal fazerem-se estas coisas...

O Sr. Vice-Almirante **José Alfredo Monteiro Montenegro**: — O guião da reunião não. Não me recordo se fui eu que fiz a convocatória aos chefes dos ramos, mas lembro-me perfeitamente de ter sido eu que os recebi individualmente no Gabinete e os acompanhei para a sala de espera e posteriormente para a sala onde a reunião teve lugar. Mas não houve nenhum guião sobre a reunião.

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — Sr. Vice-Almirante Monteiro Montenegro, quero agradecer as respostas que me deu a mim e aos meus colegas porque foram importantes para todos nós. Agradeço a sua presença.

Sr. Presidente, termino aqui.

O Sr. **Presidente** (João Vasconcelos): — Srs. Deputados, vamos iniciar a 2.<sup>a</sup> ronda de perguntas, pelo que dou, desde já, a palavra ao Sr. Deputado António Carlos Monteiro.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Vice-Almirante, vou voltar aqui a um ponto que eu penso que carece de alguns esclarecimentos.

Como assessor militar do Sr. Primeiro-Ministro, cabia ao Sr. Vice-Almirante dar apoio especializado e conselho ao Primeiro-Ministro sobre as matérias relacionadas com as Forças Armadas. É assim, não é?

Ora, tendo ocorrido o assalto a Tancos aquilo que parece resultar desta audição é que o Sr. Vice-Almirante não falou com o Primeiro-Ministro sobre este assunto, o Sr. Primeiro-Ministro não falou consigo sobre este assunto, o Sr. Vice-Almirante não deu qualquer conselho ao Sr. Primeiro-Ministro sobre este assunto, não lhe foi solicitado qualquer conselho, e o Sr. Vice-Almirante também não recebeu qualquer instrução por parte do Sr. Primeiro-Ministro sobre este mesmo assunto.

Sobre a questão da UCAT e sobre matérias que foram analisadas por outros serviços que dependem do Sr. Primeiro-Ministro, o Sr. Vice-Almirante não teve qualquer contacto, teve apenas conversas informais com o Chefe de Gabinete do Ministro da Defesa Nacional sobre este assunto.

Sr. Vice-Almirante, não lhe parece que quer o assessor militar, o Sr. Vice-Almirante, quer o Gabinete do Sr. Primeiro-Ministro, quer o Sr. Primeiro-Ministro parecem estranhamente desligados de um assunto que o Sr. Vice-Almirante qualifica como extremamente grave? Isto parece-nos muito estranho.

Depois, em relação à questão do achamento das armas, temos a Polícia Judiciária barrada à porta em Santa Margarida. Temos, como sabemos hoje, a Polícia Judiciária Militar a fazer uma investigação paralela à revelia do Ministério Público, de quem depende funcionalmente em matéria de investigação, e a contactar o poder político depois do achamento e a fazer um comunicado com o Ministro da Defesa Nacional à revelia do Ministério Público. Temos o Chefe do Estado-Maior do Exército a dizer que foi

recuperada uma caixa a mais, mais uma vez à revelia do Ministério Público e numa matéria em que há segredo de justiça. Temos ainda o Sr. Primeiro-Ministro a comunicar ao País que foi recuperado todo o material que havia sido furtado, sabendo nós que isso também não corresponde à verdade.

E tudo isto foi feito, mais uma vez, sem que o assessor militar, o Gabinete do Primeiro-Ministro ou o próprio Primeiro-Ministro se preocupassem com o que estava a acontecer no País. Ó Sr. Vice-Almirante, tudo isto parece muito estranho, muito desligado, face a um assunto desta gravidade.

Portanto pergunto-lhe, afinal, que funções é que foram desempenhadas pelo assessor militar do Primeiro-Ministro, uma vez que parece que ou foi mantido à margem ou decidiu manter-se à margem. De algum modo é até possível que aquilo que esteja em cima da mesa — e é a única conclusão que se pode retirar disto — seja uma desvalorização forçada de um tema como este, com a gravidade que este tem.

O Sr. Primeiro-Ministro e o seu Gabinete também aderiram à tese do Sr. Ministro da Defesa Nacional de que tinha dúvidas e que, se calhar, nem sequer teria havido furto em Tancos e de que as LAW estavam inoperacionais... Portanto, tudo isto era um assunto que era para enterrar, para varrer para debaixo do tapete?

Ora, no fim desta audição, a questão com que ficamos é a seguinte: num assunto desta gravidade, o que é que, afinal, o assessor militar, o Gabinete do Primeiro-Ministro e Primeiro-Ministro estiveram aqui a fazer? Com um assunto que levou o País todo a ficar preocupado, pelos vistos, até de férias se vai — como foi o Sr. Primeiro-Ministro — e não se deixa sequer uma instrução sobre este assunto?! Sr. Vice-Almirante, confesso que isto é algo que nos deixa a nós, muito, muito, muito preocupados.

O Sr. **Presidente** (João Vasconcelos): — Uma vez que não há mais nenhum grupo parlamentar que queira intervir nesta ronda, dou, desde já, a palavra ao Sr. Vice-Almirante para responder.

O Sr. Vice-Almirante **José Alfredo Monteiro Montenegro**: — Esta pergunta foi bem grande.

Sr. Deputado, sinceramente, parece-me que é uma expressão exagerada dizer que o Sr. Primeiro-Ministro não se preocupava com o assunto. Em minha opinião é manifestamente exagerada. Obviamente que estava preocupado com o assunto, mas, como há pouco referi, aquilo que foi importante na altura, uma vez que o roubo já tinha acontecido, foi salvaguardar que idêntica ocorrência não acontecesse.

Entretanto, em todo este processo, o Exército também decidiu mudar o seu material das instalações de Tancos para outros paióis. E a grande preocupação na área da Defesa foi exatamente que essa salvaguarda do material fosse o mais célere e o mais eficaz possível, e tal ocorreu. Num mês foram milhares de toneladas que foram transferidas de Tancos para outros paióis.

Esta foi a ação tomada pelo Sr. Ministro da Defesa Nacional, fundamentalmente, e a partir daí foi, de alguma forma, deixado às autoridades judiciárias o problema de resolver o caso do furto propriamente dito, dos seus autores e da recolha do material.

Nesta matéria, estando isto na posse das autoridades judiciárias, faz-me sentido que o Sr. Primeiro-Ministro, com as responsabilidades que tem, particularmente, não quisesse interferir com essas mesmas autoridades judiciárias nem com os órgãos de polícia criminal, confiando na sua ação. Acho que é aquilo que é correto.

Dizer que o Sr. Primeiro-Ministro não estava preocupado parece-me absolutamente excessivo, porque não havia ninguém em Portugal, e muito

menos um responsável político, muito menos o Primeiro-Ministro, que não se preocupasse com o facto de as armas continuarem desaparecidas e os autores não serem apanhados.

Daí decorre, digo eu, a expressão que o Sr. Deputado utilizou que o assessor militar, o Gabinete, etc., eram mantidos à margem. Não se trata de serem mantidos à margem, propriamente, porque se a intenção era deixar as autoridades judiciárias fazerem o seu papel, não faria sentido que houvesse instruções, orientações, o que quer que fosse, da parte do Sr. Primeiro-Ministro para o seu Gabinete ou para mim. É que aquilo que havia a fazer em termos materiais, de proteção do material militar, estava feito, e bem feito, e o resto estava a correr os seus termos pelas autoridades judiciárias. É um pouco assim que interpreto e que vejo aquilo que se passou.

O Sr. **Presidente** (João Vasconcelos): — Presumindo que o CDS não quererá intervir numa 3.<sup>a</sup> ronda, damos por concluída esta ronda e agradeço ao Sr. Vice-Almirante a presença e as respostas aqui formuladas e também aos Srs. Deputados...

A Sr.<sup>a</sup> **Fátima Ramos** (PSD): — Sr. Presidente, eu ainda queria colocar uma questão.

O Sr. **Presidente** (João Vasconcelos): — Sr.<sup>a</sup> Deputada, desculpe mas não tinha a indicação que queria falar na 3.<sup>a</sup> ronda. Sendo assim, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Fátima Ramos.

A Sr.<sup>a</sup> **Fátima Ramos** (PSD): — Cumprimento o Sr. Presidente, as Sr.<sup>as</sup> e os Srs. Deputados e o Sr. Vice-Almirante.

Sr. Vice-Almirante, queria dizer que sinto, de alguma maneira, desilusão pela forma como nos prestou aqui as suas declarações. É que a

forma como prestou aqui as suas declarações acaba por dar razão àquelas pessoas que estão fora deste meio e que acham que, muitas vezes, os nossos governantes têm assessores a mais.

Efetivamente, a conclusão que tiro é que ao senhor, como assessor, de duas, uma: ou, de facto, o Sr. Primeiro-Ministro não o ouvia ou o senhor não cumpriu o seu papel enquanto assessor. Esta declaração é minha e não representa e o meu partido, mas é de facto aquilo que sinto.

O Sr. Primeiro-Ministro nomeou três assessores para esta área, contrariamente ao Primeiro-Ministro anterior, que tinha apenas um assessor para esta área, e pressupunha-se que estes assessores, e nomeadamente o senhor, dariam uma boa assessoria. Ora, não consigo compreender como é que, perante um processo em que são roubadas armas que, como já aqui foi dito, podiam ser tão perigosas, existe como que um afastamento por parte da assessoria do Primeiro-Ministro em relação a um assunto tão complexo. Não se trata propriamente de uma pergunta mas de um estado de alma que tinha de referir.

O Sr. **Presidente** (João Vasconcelos): — Penso que o Sr. Vice-Almirante quererá responder.

O Sr. Vice-Almirante **José Alfredo Monteiro Montenegro**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, respeito, naturalmente, a sua opinião. Já aqui referi há pouco um conjunto de tarefas que tinha no âmbito do Gabinete do Sr. Primeiro-Ministro. Não sei se a Sr.<sup>a</sup> Deputada pretende que eu volte a referi-las.

Relativamente à questão de Tancos, volto também a dizer aquilo que já disse: o conselheiro privilegiado do Sr. Primeiro-Ministro em matéria de defesa é o Sr. Ministro da Defesa Nacional. E, tal como entendo o papel de assessor, ou este tem determinado conhecimento de qualquer coisa de tal maneira relevante, tem a convicção de que o Sr. Primeiro-Ministro não está

disso informado e, então, tem obrigação de o informar, ou, então, a sua principal tarefa é estar pronto, é estar na expectativa para responder às necessidades que o Sr. Primeiro-Ministro pretenda. É assim que eu interpreto o papel de um assessor.

O Sr. **Presidente** (João Vasconcelos): — Agora, sim, chegámos ao fim desta audição.

Agradecendo ao Sr. Vice-Almirante a sua presença e as respostas formuladas e também a presença dos Srs. Deputados, dou por encerrada esta audição.

*Eram 19 horas e 19 minutos.*

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.